

O CÉTICISMO ANTIGO: PIRRONISMO E NOVA ACADEMIA

Danilo Marcondes de Souza Filho

É frequentemente dito que depois de uma fase “pita-
gorizante” logo após a morte de Platão, desenvolvendo em
seguida uma preocupação essencialmente ética, o que ca-
racterizou a chamada Velha Academia, a Academia entra
em uma fase cética sob a liderança de Arcesilau (315-240
a.C.) e posteriormente de Carnéades (219-129 a.C.), co-
nhecida por Nova Academia. Como explicar esta relação
entre a Academia como legítima sucessora dos
ensinamentos de Platão e continuadora do Platonismo e a
filosofia cética tem sido objeto de várias divergências por
parte dos principais historiadores da filosofia antiga. Já Aulus
Gellius (séc.II) em suas célebres *Noctes Atticae* (XI,5), men-
cionava a discussão sobre se haveria ou não uma diferença
entre a Nova Academia e o Pirronismo como uma contro-
vérsia antiga.

É curioso que o termo “acadêmico” tenha acabado
por tornar-se, embora de forma imprecisa, sinônimo de
“cético”, uma vez que Platão certamente não foi um filósofo-

fo cético¹. Isso tem feito com que os principais historiadores do ceticismo sejam sempre muito ciosos da necessidade de se distinguir claramente o Ceticismo Acadêmico do Ceticismo Pirrônico. Nem sempre, entretanto, este cuidado foi observado na tradição e uma das principais e mais influentes tentativas de refutação do ceticismo na Antiguidade, o diálogo *Contra Acadêmicos* de Santo Agostinho (séc. IV), identifica pura e simplesmente o Ceticismo com a Academia. Dois fatores são importantes a este respeito: 1) a possível influência de Pirro de Élis, o iniciador do Ceticismo, sobre Arcesilau²; e 2) a existência de elementos céticos no pensamento do próprio Platão.

Um bom ponto de partida para se tentar uma caracterização desta distinção é o texto do próprio Sexto Empírico, nossa principal fonte de conhecimento do ceticismo antigo. Em suas *Hipotiposes Pirrônicas* (doravante H.P.), logo no capítulo de abertura (I,1), é dito que:

O resultado natural de qualquer investigação é que aquele que investiga ou bem encontra o objeto de sua busca, ou bem nega que seja encontrável e confessa ser ele inapreensível, ou ainda, persiste na sua busca. O mesmo ocorre com os objetos investigados pela filosofia, e é provavelmente por isso que alguns afirmaram ter descoberto a verdade, outros, que a verdade não pode ser apreendida, enquanto outros continuam buscando. Aqueles que afirmam ter descoberto a verdade são os “dogmáticos”, assim são chamados especialmente, Aristóteles, por exemplo, Epicuro, os estóicos e alguns outros. Clitômaco, Carnéades e outros acadêmicos consideram a verdade inapreensível, e os céticos continuam buscando. Portanto, parece razoável manter que há três tipos de filosofia: a dogmática, a acadêmica e a cética.

Portanto, segundo a interpretação de Sexto, há uma diferença fundamental entre a Academia de Clitômaco e Carnéades e o Ceticismo. O ponto fundamental de divergência parece ser que enquanto os acadêmicos afirmam ser impossível encontrar a verdade, os céticos, por assim

dizer “autênticos”, seguem buscando. Aliás, o termo “*skepsis*” significa literalmente “investigação”, “indagação”. Ou seja, a afirmação de que a verdade seria inapreensível já não caracterizaria mais uma posição cética, mas sim uma forma de dogmatismo negativo. A posição cética, ao contrário, caracterizar-se-ia pela suspensão de juízo quanto à possibilidade ou não de algo ser verdadeiro ou falso. É nisto que consiste o ceticismo efético, ou suspensivo, que Sexto (H.P. I,7) considera o único a merecer o nome de “ceticismo”, e que seria proveniente da filosofia de Pirro de Élis. Daí a reivindicação da equivalência entre Ceticismo e Pirronismo. Sexto relata que os céticos denominavam-se pirrônicos porque Pirro “parece ter se dedicado ao Ceticismo de forma mais completa e explícita que seus predecessores” (H.P. I,7).

Procuremos, ainda que brevemente, embora isto não seja simples, descrever os caminhos do desenvolvimento das várias posições filosóficas que vieram a ser consideradas céticas no pensamento antigo. Como veremos, estes caminhos se cruzam e entrecruzam de várias formas. É possível assim distinguir:

1) Uma fase inicial em que podemos identificar temas e tendências céticas já na filosofia dos pré-socráticos (séc.VI a.C.). É a estes filósofos que Aristóteles se refere no livro IV da *Metafísica*.

2) O Ceticismo inaugurado por Pirro de Élis (360-270 a.C.), cujo pensamento conhecemos através de fragmentos de seu discípulo Tímon de Flios (325-235 a.C.).

3) O Ceticismo Acadêmico, correspondendo à fase cética da Academia de Platão iniciada por Arcesilau (por vezes conhecida como Média Academia) a partir de 270 a.C, vigorando até Carnéades (219-129 a.C.) e Clitômaco (175-110 a.C.), a assim chamada Nova Academia³. Com Fílon de Larissa (c.110 a.C.), a Academia abandona progressivamente o ceticismo (4^a. Academia). Conhecemos esta doutrina sobretudo a partir do diálogo *Academica (priora et posteriora)* de Cícero (c. 55 a.C.).

4) Enesidemo de Cnossos (séc. I a.C.), possivelmente um discípulo da Academia no período de Fílon, procura reviver o Ceticismo buscando inspiração em Pirro e dando origem ao que ficou conhecido como Ceticismo Pirrônico, cujo pensamento nos foi transmitido basicamente pela obra de Sexto Empírico (séc. II d.C.).

Embora Pirro de Élis seja considerado o fundador do Ceticismo Antigo, é possível identificar alguns filósofos que poderiam ser vistos como precursores do Ceticismo, ou como representando uma forma de "proto-ceticismo", tais como Demócrito de Abdera e os atomistas posteriores como Metrodoro (séc. IV a.C.); os mobilistas discípulos de Heráclito, como Crátilo; e os sofistas, sobretudo um defensor do relativismo como Protágoras. Estes filósofos são, p.ex., o alvo de Aristóteles no livro IV da *Metafísica*, quando mantém que o Princípio da Não-Contradição deve ser pressuposto mesmo por aqueles que exigem provas de todos os princípios ou que afirmam que algo é e não é, uma vez que este princípio é pressuposto pela simples existência do discurso significativo (id., 1006 a 5-22). Os argumentos de Aristóteles em defesa do Princípio da Não-Contradição mostram a existência se não do ceticismo, ao menos de elementos céticos nos filósofos pré-socráticos e nos sofistas. A desconfiança em relação aos dados sensoriais, a questão do movimento na natureza que torna o conhecimento instável, e a relatividade do conhecimento às circunstâncias do indivíduo que conhece, são alguns destes temas, que reaparecerão, p. ex., sistematizados nos tropos de Enesidemo (H.PI, cap. XIV).

No entanto, é de fato Pirro que é identificado como o iniciador do Ceticismo. Conhecemos sua filosofia apenas através de seu discípulo Tímon, de quem sobreviveram alguns fragmentos, já que o próprio Pirro jamais teria escrito uma obra filosófica. Pirro pertence assim àquela linhagem de filósofos, tais como Sócrates, para quem a filosofia não é uma doutrina, uma teoria, ou um saber sistemático, mas principalmente uma prática, uma atitude, um *modus vivendi*. Tímon relata as respostas dadas por Pirro a três ques-

tões fundamentais: 1) Qual a natureza das coisas? Nem os sentidos nem a razão nos permitem conhecer as coisas tais como são e todas as tentativas resultam em fracasso. 2) Como devemos agir em relação à realidade que nos cerca? Exatamente porque não podemos conhecer a natureza das coisas, devemos evitar assumir posições acerca disto. 3) Quais as consequências dessa nossa atitude? O distanciamento que mantemos, leva-nos à tranquilidade. O ceticismo compartilha com as principais escolas do Helenismo, o Estoicismo e o Epicurismo, uma preocupação essencialmente ética, ou prática. É desta forma que devemos entender o objetivo primordial da filosofia de Pirro como sendo o de atingir a *ataraxia* (imperturbabilidade), alcançando deste modo a felicidade (*eudaimonia*).

Segundo uma tradição, mencionada por Diógenes Laércio, Pirro e seu mestre Anaxarco de Abdera, teriam acompanhado os exércitos de Alexandre até a Índia, lá permanecendo aproximadamente entre 334-324 a.C. Neste período teriam entrado em contato com os gimnosofistas (os “sábios nus”, possivelmente faquires e mestres iogis), que os teriam influenciado sobretudo quanto à prática do distanciamento e da indiferença às sensações. Esta seria uma possível origem das noções céticas de *apathia* (a ausência de sensação) e *apraxia* (a inação), que caracterizariam a tranquilidade⁴. Disso se derivaria a tradição anedótica segundo a qual Pirro precisava ser acompanhado por seus discípulos já que dada a sua atitude de duvidar de suas sensações e percepções, estava sujeito a toda sorte de perigos, como ser atropelado ao atravessar a rua, ou cair num precipício.

Outra tradição, também citada por Diógenes Laércio, entretanto, mantém que Pirro teria vivido como cidadão exemplar, tendo sido muito respeitado e chegando a sumo sacerdote de sua cidade de Élis. O Ceticismo não implicaria, assim, em uma ruptura com a vida prática, mas apenas em um modo de vivê-la com moderação (*metriopatheia*) e tranquilidade.

O fundamental, portanto, da lição do Ceticismo inaugurado por Pirro é seu caráter essencialmente prático e sua preocupação ética. Trata-se, assim, de um “ceticismo prático”, a filosofia cética sendo um modo de se obter a tranqüilidade pela via da *ataraxia*, algo que se consegue por uma determinada prática de distanciamento, segundo uma interpretação mais radical, levando à indiferença, ou segundo outra interpretação alternativa, exercendo a moderação.

É com Arcesilau, por sua vez, que a Academia entra em uma fase cética. Há controvérsia entre os principais historiadores e intérpretes do Ceticismo Antigo sobre se teria ou não havido uma influência direta de Pirro sobre Arcesilau. Sexto Empírico (H.P. I, 234) refere-se à antiga anedota que caracterizava Arcesilau como uma quimera, uma figura monstruosa resultante da combinação das seguintes partes: Platão na frente, Pirro atrás e Diodoro Cronus⁵ no meio. O inverso é dificilmente admissível, uma vez que Pirro já havia falecido quando Arcesilau assume a liderança da Academia (c. 270 a.C.). Alguns intérpretes simplesmente consideram mais plausível que o Ceticismo Acadêmico tenha uma origem independente, derivando-se do pensamento do próprio Platão.

De fato, em um texto anônimo do séc.VI, intitulado *Introdução à Filosofia de Platão*⁶, encontramos a seguinte passagem, bastante ilustrativa disso:

Em sua discussão acerca das coisas, dizem, ele [Platão] usa certos advérbios indicando ambivalência e dúvida, p. ex. “provavelmente” e “talvez”, e isto é uma característica não de quem sabe, mas de alguém que não consegue apreender nenhum conhecimento preciso (...). Argumentam, em segundo lugar, que na medida em que ele procura estabelecer visões contrárias acerca das mesmas coisas, claramente defende a sua inapreensibilidade - p.ex. procura estabelecer posições contrárias ao discutir a amizade no *Lísis*, a temperança no *Cármides*, a piedade no *Eutífron* (...). Em terceiro lugar, dizem que ele considera que não há conheci-

mento, como fica claro na medida em que refuta todas as definições de conhecimento no *Teeteto*. Seu quarto argumento é que se Platão considera que o conhecimento é de dois tipos, um proveniente dos sentidos, outro do pensamento, e que ambos falham, então é claro que ele defende a inapreensibilidade (...). O quinto argumento é que ele próprio diz em seus diálogos “Eu não sei nada e não ensino nada, tudo que faço é levantar problemas”.

É possível, portanto, interpretar o pensamento de Platão como contendo elementos céticos⁷, e é esta interpretação que prevalece na Academia durante o período compreendido entre as lideranças de Arcesilau e Clitômaco. Estes elementos seriam essencialmente: 1) o modelo da dialética socrática encontrado sobretudo nos diálogos da primeira fase, os chamados “diálogos socráticos”, em que temos a oposição entre argumentos gerando o conflito; 2) o caráter aporético, inconclusivo, destes (e também de outros) diálogos; 3) a admissão da ignorância: o sábio é aquele que reconhece sua ignorância, o célebre “Só sei que nada sei” socrático; 4) a influência da discussão da questão do conhecimento no diálogo *Teeteto*, sem que se chegue a nenhuma definição aceitável. Trata-se, certamente, de uma leitura parcial e seletiva, mas que no entanto prevaleceu neste período, tendo grande influência no desenvolvimento do pensamento do Helenismo.

O Ceticismo Acadêmico, porém, deve ser considerado sobretudo a partir de sua polêmica com a filosofia estoíca. Os estoícos foram de fato os principais adversários dos acadêmicos, Arcesilau polemizando com Cleantes e Carnéades com Crisipo. O ponto de partida da disputa entre o Estoicismo e o Ceticismo Acadêmico parece ser a questão do critério de verdade que serviria de base para a epistemologia estoíca. Os céticos levantavam uma dúvida sobre a possibilidade de se adotar um critério de verdade imune ao questionamento, enquanto que os estoícos mantinham a noção de *phantasia kataleptiké* (termo de difícil tradução,

podendo talvez ser entendido como “apreensão cognitiva”) como base de sua teoria do conhecimento.

A noção de *époché* (suspensão do juízo) é tradicionalmente considerada como central à estratégia argumentativa cética. É discutível, no entanto, se a noção de *époché* encontra-se já em Pirro. O mais provável é que não. Temos em Pirro as noções de *apraxia* (inação), *aphasia* (ausência de discurso), *apathia* (ausência de sensações), que levariam à *ataraxia*, mas aparentemente não temos ainda a *époché* propriamente dita. De fato a noção de *époché* parece ser de origem estoíca, ou pelo menos era usada correntemente pelos estoícos⁸. É parte da doutrina estoíca, já encontrada em Zenão, que o sábio autêntico deve suspender o juízo em relação àquilo que é inapreensível, evitando assim fazer afirmações falsas. Em sua polêmica com os estoícos e, sobretudo, em seu questionamento dos critérios epistemológicos do estoicismo, Arcesilau mantém que dada a ausência de um critério decisivo devemos na realidade suspender o juízo a respeito de tudo. Diante de paradoxos como o do sorites e o da pilha de sal⁹, Crisipo teria se recolhido ao silêncio, e este silêncio é entendido como *époché*, suspensão, ausência de resposta, impossibilidade de afirmar ou negar. Se, segundo os estoícos, o sábio deve suspender o juízo acerca do inapreensível, então, conclui Arcesilau, deve suspender o juízo acerca de qualquer pretensão ao conhecimento, uma vez que nenhuma satisfará o critério de validade. Assim, Arcesilau estende e generaliza a noção estoíca de suspensão, adotando-a como característica central e definidora da atitude cética.

O Ceticismo¹⁰ se caracterizaria, portanto, como um procedimento segundo o qual os filósofos em sua busca da verdade se defrontariam com uma variedade de posições teóricas (o dogmatismo). Estas posições encontram-se em conflito (*diaphonia*), uma vez que são mutuamente excluídas, cada uma se pretendendo a única válida. Dada a ausência de critério para a decisão sobre qual a melhor destas teorias, já que os critérios dependem eles próprios das

teorias, todas se encontram no mesmo plano, dando-se assim a *isosthenia*, ou equípólencia. Diante da impossibilidade de decidir, o cético suspende o juízo e, ao fazê-lo, descobre-se livre das inquietações. Sobrevem assim a tranqüilidade almejada. Temos portanto o seguinte esquema (H.PI,25-30), que parece ser um desenvolvimento das respostas de Pirro às três questões fundamentais da filosofia (ver acima):

zétesis (busca) → diaphonia (conflito) → isosthénia (equípólencia) → épouche (suspensão) → ataraxia (tranqüilidade).

Entretanto, o problema prático permanece. Dada a ausência de critério para a decisão sobre a verdade ou não de uma proposição, como agir na vida prática? A preocupação moral é fundamental para a filosofia do Helenismo de modo geral, e o Ceticismo compartilha esta preocupação com o Estoicismo e o Epicurismo. A filosofia deve nos dar uma orientação para a vida prática, que nos permita viver bem e alcançar a felicidade. É com este propósito que Arcesilau recorre à noção de “*eulogon*”, o razoável. Já que não podemos ter certeza sobre nada, já que é impossível determinar um critério de verdade, resta-nos o “razoável” (Sexto Empírico, *Contra os Lógicos I*, 158).

Supostamente, Carnéades teria desenvolvido esta linha de argumentação inaugurada por Arcesilau. Há controvérsias a este respeito, e o pensamento de Carnéades é difícil de se interpretar, não só porque não deixou nada escrito, mas devido à sua aparente ambivalência. Seu principal discípulo Clitômaco observava que apesar de longos anos de convivência com ele, jamais conseguira de fato entender qual a sua posição.

O desenvolvimento que Carnéades deu às posições de Arcesilau tem, no entanto, grande importância, uma vez que pode ser considerado uma das primeiras formulações do probabilismo¹¹. Diante da impossibilidade da certeza devemos adotar como critério o provável (*pithanon*, que Cícero traduz por “*probabile*”). Carnéades (H.PI, 226-229,

Contra os Lógicos I, 166) chega mesmo a introduzir uma distinção em três níveis ou graus: o provável, o provável e testado (*periodeumenas*, i.é. “examinado de modo completo”), e o provável, testado e irreversível ou indubitável (*aperispatous*). É a necessidade de adoção de algum tipo de critério que leva a Nova Academia a esta formulação; porém, segundo Sexto (id.ib.), isto equivale a uma posição já próxima do dogmatismo, ou seja, da possibilidade de adoção de um critério de “quase-certeza”.

Os sucessores de Carnéades, Fílon de Larissa e sobretudo Antíoco de Ascalon teriam progressivamente se afastado do Ceticismo reintroduzindo uma interpretação dogmática do platonismo, chegando mesmo a procurar conciliá-lo com o Estoicismo, no caso específico de Antíoco. Enesídemo de Cnossos, contemporâneo de Antíoco, procurou retomar um ceticismo mais autêntico, buscando em Pirro sua inspiração. É neste momento, portanto, que surge realmente o Pirronismo. Trata-se essencialmente de uma tentativa de inaugurar, ou reinaugurar o ceticismo que havia perdido sua força na Academia. A obra de Sexto Empírico (séc.II d.C.) pertence a esta nova tradição, e é provável que Sexto tenha tentado caracterizar os Acadêmicos como dogmáticos negativos visando enfatizar a originalidade e a autenticidade do Pirronismo como realmente representando o Ceticismo. Sexto insiste na interpretação da *époche* como suspensão de juízo, i.é. uma posição segundo a qual não se afirma nem nega algo¹², evitando, assim, o dogmatismo negativo dos Acadêmicos que afirmavam ser impossível encontrar a verdade (ver acima). Desta forma, o recurso ao probabilismo não se torna necessário, não havendo motivo para a adoção de um sucedâneo do critério estóico de decisão.

É assim que, embora quase certamente a *époche* não se encontre ainda no ceticismo de Pirro, é em torno desta noção que se dá a caracterização do Ceticismo na tradição do Helenismo. E é a diferença de interpretação do papel e do alcance da *époche* que marcará a ruptura entre Ceticismo Acadêmico e Ceticismo Pirrônico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANNAS, J. e BARNES, J. (1985) *The Modes of Scepticism*, Oxford Univ. Press.
- ANNAS, J. (1990) "Platon sceptique", *Revue de Métaphysique et de Morale*, no. 2.
- BROCHARD, V. (1969) *Les sceptiques grecs*. Vrin, Paris.
- CÍCERO, *Academica et De natura deorum*, Loeb Classics, Harvard Univ. Press
- COUISSIN, P. (1929) "L'Origine et l'évolution de l'époque", *Revue des études grecques*, no. 42.
- DIÓGENES LAÉRCIO. (1988) *Vida e doutrina dos filósofos ilustres*, trad. M. Gama Kury, Ed. UnB, Brasília. (sobre Pirro, Timon, Arcesilau, Carnéades)
- FLINTOFF, E. (1980) "Pyrrho and India", *Phronesis*, no. 25.
- FREDE, D. (1990) "Academic Scepticism and the stringency of logic", texto apresentado no Congresso "Scepticism in the History of Philosophy", University of California, Riverside.
- SEDLEY, D. (1980) "The Protagonists" em M. Schofield, M. F. Burnyeat, & J. Barnes (orgs.) *Doubt and Dogmatism*, Oxford Univ. Press.
- SEXTO EMPÍRICO. (1983) *Works*, 4 vols., trad. G. Bury, Loeb Classics, Harvard Univ. Press

¹ Já Sexto Empírico (*Hipotiposes* I, 221-5), mantém esta posição.

² Segundo, p.ex. V. Brochard (1969).

³ A distinção entre Média e Nova Academia, encontrada na Antiguidade, não é mais comumente aceita pelos modernos historiadores. V. Sedley (1980).

⁴ V.E. Flintoff (1980).

⁵ Lógico da escola megárica, séc. IV a.C.

⁶ Citado em J. Annas e J. Barnes (1985), pág. 13.

⁷ V.J. Annas, (1990).

⁸ Sigo aqui a análise de P. Couissin (1929).

⁹ Paradoxos que se originam aparentemente da escola megárica e visam estabelecer o caráter vago de certas noções. No caso da pilha de sal, como determinar quantos grãos formam uma pilha? Se eu for subtraindo da pilha grão por grão, em que ponto ela deixaria de ser uma pilha?

¹⁰ Ver. Sexto Empírico, H.PI, cap. IV.

¹¹ Embora nem todos os intérpretes concordem com isso, p.ex. Burnyeat em um texto inédito "Carnéades was no probabilist", citado por D. Frede (1990).

¹² "A suspensão [*époché*] é um estado mental de repouso [*stasis dianoias*] no qual não afirmamos nem negamos nada" (H.PI, 10).